

# CURSO TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE

# PLANO DE CURSO

# IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CNPJ	24.365.710/0017-40		
Nome da Unidade	Escola de Saú	Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	
Nome da Fantasia	Escola de Saú	de	
Esfera Administrativa	Federal	Federal	
Endereço		Av. Senador Salgado Filho, s/n, Lagoa Nova, Campus Universitário. BR 101, S/N – Lagoa Nova	
Cidade/UF/CEP	Natal/RN CEP: 59078-970		
Telefone	(84) 3342-2290		
E-mail de contato	esufrn@es.ufrn.br		
Site da Unidade	www.escolasaude.ufrn.br		
Área do Plano	Saúde		
Habilitação e Qualificação			
Habilitação	Curso Técnico em Vigilância em Saúde		
Carga Horária	1.200h		

# Sumário

1.	INTRODUÇÃO	4
1	.1. JUSTIFICATIVA	5
2.	OBJETIVOS	7
3.	REQUISITOS DE ACESSO E DE MATRÍCULA	7
4.	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	8
5.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	10
6.	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DA ASSIDUIDADE	42
	APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ITERIORES	43
8.	TRANCAMENTO DE COMPONENTES CURRICULARES	44
	PRÉ-REQUISITOS OU CORREQUISITOS DE COMPONENTES PRICULARES	44
10.	OFERTA DOS COMPONENTES CURRICULARES	455
11.	REALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS CURRICULARES	46
12.	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	48
13.	ACERVO BIBLIOGRÁFICO	499
14.	CERTIFICADOS E DIPLOMAS	50
15.	REFERÊNCIAS	51

## 1. INTRODUÇÃO

A Escola de Saúde da UFRN (ESUFRN), através do Conselho da ESUFRN e Conselho de Cursos Técnicos, apresenta à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e ao Ministério da Educação o Plano do Curso **Técnico em Vigilância em Saúde.** 

Este Plano de Curso apresenta uma justificativa e respaldo jurídico para a sua oferta, e nele estão contidas as diretrizes curriculares necessárias para organização do curso, consonantes ao Parecer do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 01 de 05 de dezembro de 2014, que define a terceira edição do catálogo de cursos técnicos do MEC acrescendo, ainda, informações relacionadas à infraestrutura e de pessoal. Trata-se da atualização da primeira versão do plano de curso elaborada em 2010, que embasou a oferta de três turmas concluintes.

Considerada área técnica prioritária para a formação em recursos humanos na área da saúde, conforme Portaria nº 3.189/2009, a vigilância em saúde, está inserida no escopo de prioridades de formação para o Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2009). Nesse sentido, a ESUFRN, enquanto instituição formadora, que embora não esteja presente no escopo das escolas técnicas do SUS, atua na formação para esta área propõe a criação deste curso.

O curso se propõe a assegurar a formação de um profissional que atue na promoção à saúde e no enfrentamento das questões presentes no cotidiano dos serviços de saúde, levando em consideração também o contexto externo, o qual influencia e é influenciado pela atuação destes mesmos profissionais.

Este plano estabelece estratégias pedagógicas que subsidiam o planejamento e a implementação de um currículo que fortaleça uma formação teórico-prática consistente e que assegure os princípios de capacitação voltados à habilitação de profissionais para o exercício das ações implementadas na vigilância em saúde, dentro dos princípios da Educação Profissional e Tecnológica que fundamentam o acesso amplo e democrático à educação de qualidade.

Suas concepções e direcionamentos são norteados a partir da concepção politicopedagógica da ESUFRN, a qual tem seu papel centrado na perspectiva da formação integral do cidadão trabalhador. Para tanto, sua formação deverá ser calcada nos pressupostos e fundamentos de uma educação profissional técnica com dimensões humanas integradas na organização curricular: trabalho, ciência, tecnologia e cultura (BRASIL, 2013). Especificamente, através da Resolução CNE/CEB nº 4/2010, este Plano de Curso compreende a Educação Profissional como

uma das formas possíveis de diversificação, que atende a contingência de milhares de jovens que têm o acesso ao trabalho como uma perspectiva mais imediata. Parte desses jovens, por interesse ou vocação, almejam a profissionalização neste nível, seja para exercício profissional, seja para conexão vertical em estudos posteriores de nível superior. Outra parte, no entanto, a necessita para prematuramente buscar um emprego ou atuar em diferentes formas de atividades econômicas que gerem subsistência (BRASIL, 2013, p.214).

Nesta perspectiva, este Plano de Curso considera os saberes e as experiências incorporados, superando a tradicional e ultrapassada redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto meramente operacional, simplificado e linear, através de uma formação plena, que permita a formação de um profissional ético, crítico e criativo, com ferramentas que os permita enfrentar o mundo atual do trabalho, tal qual como ele exige.

#### 1.1. JUSTIFICATIVA

A Vigilância em Saúde representa ampla área que a cada dia é mais enfatizada pelo Ministério da Saúde, representando uma forma de pensar e agir frente à situação de saúde da população, adequadas ao enfrentamento dos problemas existentes. Brasil (2011) considera que:

"A vigilância em saúde objetiva a análise permanente da situação de saúde da população e consequente organização e execução de ações, medidas, procedimentos oportunos e pertinentes ao controle de determinantes, riscos e danos à saúde da população incluindo abordagens individuais e coletivas dos problemas identificados" (BRASIL, 2011, p.15)

É composta pelas ações de vigilância, promoção, prevenção e controle de doenças e agravos à saúde, devendo constituir-se em um espaço de articulação de conhecimentos e técnicas vindos da epidemiologia, do planejamento e das ciências sociais e se apresenta, como pressuposto para mudança do modelo de atenção. Nesse sentido, possui base multidisciplinar, para o trabalho nas várias atividades constitutivas da vigilância em saúde, a saber: vigilância epidemiológica, vigilância da situação de saúde, vigilância em saúde ambiental, vigilância da saúde do trabalhador e vigilância sanitária (BRASIL, 2011).

A proposta atual de Vigilância em Saúde, não guarda coerência com idéias arcaicas de vigilância como forma autoritária, punitiva, e policiadora, que outrora vigorou em nosso país. Ao contrário, esta é inserida após as discussões de Reforma Sanitária brasileira, da conquista do Sistema Único de Saúde (SUS), e das lutas pela efetivação dos princípios do SUS.

Entender a Vigilância em Saúde, dessa forma, é permitir que o usuário dos serviços de saúde seja compreendido de forma integral, pois ao passo que se analisa criticamente sua forma de inserção social, quer seja pela avaliação e regulação de produtos e serviços relacionados à saúde pela Vigilância Sanitária; a avaliação dos perfis de morbidade, mortalidade, distribuição de doenças, condições de vida e saúde das pessoas, entre outros, através da Vigilância Epidemiológica; das condições do ambiente em que esta população está inserida, através da Vigilância Ambiental; e ainda das formas e condições de trabalho pela Vigilância em Saúde do Trabalhador, desse modo, deve ser norteada pelos princípiosdo SUS. (BRASIL, 1990; BRASIL, 2011).

Neste sentido, se compreende uma vigilância em saúde com uma visão ampla e realizada com o objetivo de integrar as ações individuais e coletivas, promovendo de fato a integralidade, enquanto princípio doutrinário do SUS.

Entende-se que este tema precisa ser introduzido nas instituições formadoras da área da saúde, articulando com o atual contexto sanitário de nosso país que necessita cada dia mais de profissionais capazes de atuar não só com base nas suas áreas restritas e especializadas de conhecimento, mas tendo em vista a pluralidade das ações, compreendendo que suas atitudes influenciam as pessoas e modifica o ambiente em seu entorno.

Diante do exposto e compreendendo o Art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que refere "A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva", entende-se como relevante a criação do curso Técnico em Vigilância em Saúde, com vistas a dar respostas a demandas da sociedade e do mercado de trabalho que necessitam de profissionais para atuar com formação específica nesta área, tendo um amplo preparo teórico-prático sobre a mesma.

Dessa forma, a Escola Saúde, cônscia de sua responsabilidade em proporcionar a qualificação e requalificação dos trabalhadores da saúde, atuando de forma a participar na formação de jovens e adultos, assegurando-lhes conhecimentos e competências para que venham a ter condições de inserção na vida social e produtiva, bem como contribuindo com a política do SUS, propõe a oferta do curso Técnico em Vigilância em Saúde.

Estes profissionais estarão aptos a serem inseridos em diversos cenários de práticas profissionais, visto que as ações das vigilâncias epidemiológica, sanitária, ambiental e em saúde do trabalhador carecem de profissionais de nível médio, para atuar em instituições de saúde, integrando equipes multidisciplinares de planejamento, execução e avaliação do processo de vigilância em saúde.

A escola trabalha a formação do cidadão numa concepção de educação centrada em competências, preparando-o para o trabalho, sem, contudo, reduzir o processo educativo às flutuações do mercado. Adota, para tanto, o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, buscando conjugar questões técnicas com uma formação crítica e humanística, numa perspectiva de romper com padrões mecanicistas, possibilitando ao estudante uma melhor compreensão da sociedade e de suas diversidades.

Tal proposta de curso contempla a organização dos conteúdos descritos em forma de competências, habilidades e bases tecnológicas, que respondem aos módulos de formação, possuindo nestes os percursos que contemplam os conteúdos gerais e específicos do curso, apoiando uma abordagem metodológica que favoreça a interação do aluno com a realidade social.

#### 2. OBJETIVOS

Formar profissionais Técnicos em Vigilância em Saúde.

# 3. REQUISITOS DE ACESSO E DE MATRÍCULA

O ingresso ocorrerá mediante aprovação no processo seletivo classificatório, o qual é regido por edital publicado pela ESUFRN. Para a seleção o candidato deverá ter concluído ou estar cursando o último ano do Ensino Médio.

O candidato ao curso Técnico em Vigilância em Saúde deverá apresentar a seguinte documentação para efetivação da matrícula:

- Certificado e histórico de conclusão do ensino médio;
- Declaração de matrícula na 3ª série do ensino médio ou declaração de pendência(s)
   em até duas disciplinas para conclusão do Ensino Médio, na modalidade de exames supletivos, quando for o caso;
- Documentos pessoais: certidão de nascimento ou certidão de casamento, carteira de identidade, CPF, certidão de reservista (para maiores de 18 anos, do sexo masculino), título de eleitor com comprovante de quitação eleitoral da última eleição, duas fotos recentes devidamente datadas e documento comprobatório de endereço;

 Devem ser apresentados documentos originais e cópias, que serão arquivadas na secretaria da escola.

### 4. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Ao final do curso, o Técnico em Vigilância em Saúde terá desenvolvido as seguintes competências profissionais gerais e específicas:

### 4.1 Competências Gerais dos Profissionais de Nível Técnico da Área de Saúde

- Identificar os determinantes e condicionantes do processo saúde/doença.
- Identificar a estrutura e organização do sistema de saúde vigente.
- Identificar funções e responsabilidades dos membros da equipe de trabalho.
- Planejar e organizar o trabalho na perspectiva do atendimento integral e de qualidade.
- Realizar trabalho de equipe, correlacionando conhecimentos de várias áreas ou ciências, tendo em vista o caráter interdisciplinar.
- Aplicar as normas de biossegurança.
- Aplicar princípios e normas de higiene e saúde ambiental.
- Interpretar e aplicar legislação referente aos direitos do usuário.
- Identificar e aplicar princípios e normas de conservação de recursos não renováveis e de preservação do meio ambiente.
- Aplicar as normas de saúde e segurança do trabalho.
- Interpretar e aplicar normas do exercício profissional e princípios éticos que regem a conduta do profissional de saúde.
- Identificar e utilizar rotinas, protocolos de trabalho, instalações e equipamentos.
- Operar equipamentos próprios do campo de atuação, zelando pela sua manutenção;
- Registrar ocorrências e serviços prestados, de acordo com exigências do campo de atuação.
- Prestar informações aos usuários do sistema de saúde e a outros profissionais sobre os serviços que tenham sido prestados.
- Participar na coleta e organização de informações relacionadas ao sistema de saúde;
- Utilizar recursos e ferramentas de informática específicos da área.
- Realizar primeiros socorros em situações de emergência.

### 4.2 Competências específicas do Técnico em Vigilância em Saúde

- Desenvolver ações de vigilância em saúde utilizando a categoria território como elemento estruturante de suas ações;
- Desenvolver diferentes ações de promoção da saúde, de proteção e prevenção de agravos e doenças;
- Compreender as bases técnicas e científicas que formam a área de vigilância;
- Desenvolver atividades de modo autônomo, criativo, crítico, reflexivo e estratégico para transformar a realidade sócio-sanitária no território de sua atuação;
- Desenvolver ações de inspeção e fiscalização sanitárias;
- Conhecer a normatização relacionada a produtos, processos, ambientes, inclusive do trabalho, e serviços de interesse da saúde;
- Investigar, monitorar e avaliar riscos e os determinantes dos agravos e danos à saúde e ao meio ambiente;
- Compor equipes multidisciplinares de planejamento, execução e avaliação do processo de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e em saúde do trabalhador;
- Atuar no controle do fluxo de pessoas, animais, plantas e produtos em portos, aeroportos e fronteiras;
- Desenvolver ações de controle e monitoramento de doenças, endemias e de vetores;

# 5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Quadro 01 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Vigilância em Saúde. Natal/RN, 2016.

MÓDULOS	CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	СН
		Saúde e Sociedade	45
		Processo de Trabalho em Saúde	60
Módulo I:		Promoção da Saúde e Segurança no Trabalho	50
Básico de		Biossegurança nas Ações de Saúde	30
Saúde		Primeiros Socorros	40
		Informática em Saúde	45
		Ato de Ler e Escrever	30
		Políticas de Saúde	30
		Total	330
Módulo II:		Introdução à Vigilância em saúde	45
Instrumentos		Território em saúde	50
para o		Educação em Saúde	30
trabalho em		Informação em saúde	50
VISAU		Planejamento em saúde	30
		Informática em saúde II	45
		Bioestatística	40
		Total	290
Módulo III:		Saúde e ambiente	50
VIGILÂNCIA		Epidemiologia	60
EM SAÚDE I		Vigilância em saúde ambiental	50
		Vigilância Epidemiológica	60
		Práticas integradas de vigilância em saúde I	40
		Total	260
Módulo IV:		Vigilância Sanitária	100
VIGILÂNCIA		Saúde do trabalhador e Legislação em Saúde e Segurança no	50
EM SAÚDE		Trabalho	
II		Vigilância em Saúde do Trabalhador	70
		Práticas integradas de vigilância em saúde II	100
		Total	320
		CH TOTAL DO CURSO	1200

# MÓDULO I

Componente Curricular: Saúde e Sociedade (CH:45 horas)

Ementa	Formação do povo brasileiro. Identidades étnico-raciais e de gênero. Estado, políticas públicas e sociais. Direitos humanos e cidadania.		
	Determinantes sociais de saúde. Processo saúde e doença.		
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas	
December of identidades	Completioner of discoulded a decrease baseline come or identidades	Canada a da farração da mara harailaira a casa identidades traisa	
	Correlacionar a diversidade do povo brasileiro com as identidades		
étnico-raciais e de gênero na	cuites raciais e de generolidentinear à produção de saude associada		
compreendendo a relação	as condições de vida e de trabanio de marvidaos e coletividades.	gênero.	
homem/natureza/cultura no	Discutir a atuação do Estado e das políticas públicas e políticas	Compreensão do processo saúde e doença e construção do perfil sócio-	
processo saúde-doença.	sociais na organização da sociedade e dos serviços de saúde.	sanitário e epidemiológico de indivíduos e coletividade.	
Compreensão da relação homem e sociedade e suas diferentes capacidades de interação social.  Compreensão do processo de	construção de um sistema de saúde público, gratuito e de qualidade.	Determinação social da saúde e Desigualdades sociais em saúde.  Direitos humanos e sua relação com a construção da cidadania.	
saúde e doença na população e sua repercussão no cuidado em	ação e Atuação da sociedade na construção de políticas pr		
saúde.		Promoção da saúde como estratégia de mobilização social para a melhoria da qualidade de vida.	
Referências	. CZERESNIA D, FREITAS, C.M. Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências. 2 ed. Rio de Janeiro. FIOCRUZ, 2009.		
	. BARATA, R. B. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. 1 ed. Rio de Janeiro. FIOCRUZ, 2009.		
	.COMISSÃO NACIONAL SOBRE OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (CNDSS). <b>Determinantes sociais da saúde</b> . Porta observatório sobre iniquidades em saúde: Relatório Final. 04/2008. Disponível em: <a href="http://dssbr.org/site">http://dssbr.org/site</a> . Acesso em: 15 mar. 2014.		
	BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A Saúde e seus determinantes sociais. Physis (Rio J.), v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.		

#### Componente Curricular: Processo de Trabalho em Saúde (CH: 60 horas)

Ementa	O trabalho na sociedade. Processo de trabalho em saúde e suas tecnologias. Trabalho em equipe. Relacionamento interpessoal. Comunicação.		
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas	
	.Correlacionar o processo de trabalho em saúde, com outros	. O trabalho na sociedade: evolução histórica.	
	processos de trabalho, compreendendo suas especificidades. .Identificar a organização do processo coletivo de trabalho na saúde:	. Conceitos básicos sobre o trabalho.	
trabalho em saúde.	objetos, meios e finalidades. .Interagir com a equipe de trabalho em prol da organização e eficácia	. Processo de trabalho em saúde e suas tecnologias.	
Conhecer a importância do	dos serviços de saúde.	. O trabalho em equipe e o processo grupal.	
	.Trabalhar em equipe, utilizando ferramentas de comunicação e	. Relacionamento interpessoal.	
1	relacionamento interpessoal. .Aplicar princípios das relações interpessoais e da comunicação na	. Comunicação: conceitos teóricos sobre comunicação.	
prestação do cuidado integral.	prestação do cuidado.		

#### Referências

- . RAMOS M.N. Conceitos Básicos Sobre O Trabalho. In. Fonseca, A.F; Stauffer. A. B. (Org.) O **Processo Histórico do Trabalho Em Saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. 211 p.
- . BRASIL. Ministério da Saúde. **O Processo de Trabalho em Saúde**. Curso de Formação de Facilitadores da Educação Permanente dm Saúde. Unidade de Aprendizagem Trabalho e Relações na Produção do Cuidado em Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- . \_\_\_\_. Vivendo o Mundo do Trabalho O Trabalho Humano e os Coletivos: os Desafios de Estar na Vida com os outros e a construção do trabalho da saúde em equipe. Curso de Formação de Facilitadores da Educação Permanente em Saúde. Unidade de Aprendizagem Trabalho e Relações na Produção do Cuidado em Saúde. Rio De Janeiro: Fiocruz, 2005.
- . \_\_\_O Caso Jardim das Flores. Curso de Formação de Facilitadores da Educação Permanente em Saúde. Unidade de Aprendizagem Trabalho e Relações na Produção do Cuidado em Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- .\_\_\_O Caso Filomena. Curso de Formação de Facilitadores da Educação Permanente Em Saúde. Unidade De Aprendizagem Trabalho e Relações na Produção do Cuidado em Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- . \_\_\_O Caso Reunião De Equipe. Curso de Formação de Facilitadores da Educação Permanente em Saúde. Unidade de Aprendizagem Trabalho e Relações na Produção do Cuidado em Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- . PEDUZZI M, SILVA AM DA S, LIMA, MAD DA S. Enfermagem Como Prática Social e Trabalho em Equipe. In: **Fundamentos de saúde coletiva e o cuidado de enfermagem**. S., C. B.; CAMPOS, C. M. S. (Org). Barueri (SP): Manole, 2013.
- . PIANCASTELLI, C. H; FARIA H, P; SILVEIRA, M, R. O Trabalho em Equipe In: SANTANA, J.P. (Org). **Organização do Cuidado a partir de problemas:** Uma Alternativa Metodológica para a atuação da Equipe de Saúde da Família. UFMG NESCON, Faculdade de Medicina e Escola de Enfermagem. Brasília: OPAS/Representação do Brasil, 2000, p 45-50.
- . SILVA, MJPS. **O** Aprendizado da Linguagem Não Verbal. In: STEFANELLI, MC; CARVALHO, EC. (Orgs). A Comunicação nos Diferentes Contextos da Enfermagem. Barueri (SP): Manole, 2012, p.50-64.

- . STEFANELLI, MC. **Introdução À Comunicação Terapêutica**. In: STEFANELLI, MC; CARVALHO, Ec. (Orgs). A Comunicação Nos Diferentes Contextos da Enfermagem. Barueri (SP): Manole, 2012, p.65-76.
- . STEFANELLI, MC. Conceitos Teóricos Sobre Comunicação. In: STEFANELLI, MC; CARVALHO, EC. (Orgs). A Comunicação nos diferentes contextos da Enfermagem. Barueri (SP): Manole, 2012, p.29-49.
- . Silva, MJPS. Comunicação Tem Remédio: A Comunicação nas Relações Interpessoais em Saúde. São Paulo: Loyola, 7ed. 2010. 133p
- . LIBERALINO, F.N; FORMIGA, J, M, M; VILAR, R.L.A. Mudanças Atuais No Mundo Do Trabalho. Mimeo. 2004.
- . MERHY, E.E; JR. H,M,M; RIMOLI,J; FRANCO,T, B. BUENO,W,S. O trabalho em saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano. 2 ed. São Paulo: HUCITEC. 2004.
- . PINHEIRO, R; BARROS, M.E.B.; MATTOS, R, A. **Trabalho em equipe sobre o eixo da integralidade: valores saberes e práticas.** 1 ed. Rio de Janeiro: CEPESC/IMS/UERJ/ABRASCO. 2007.
- . CAMPOS, G.W.S. Subjetividade e administração de pessoal: considerações sobre modos de gerenciar trabalho em equipes de saúde. IN: **Agir em saúde. Um desafio para o público.**MERHY,E,E, ONOKO, R (ORG). 2 ed. São Paulo: HUCITEC. 2002.

#### Componente Curricular: Promoção da Saúde e Segurança no Trabalho (CH: 50 horas)

Ementa	Aspectos históricos e conceituais em Saúde e Segurança no Trabalho. Legislação trabalhista e previdenciária. Política Nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora. Acidentes do trabalho. Riscos ambientais. Mapa de risco. Equipamentos de Proteção Individual. Equipamento de Proteção Coletiva. Doenças ocupacionais. Prevenção e combate a princípio de incêndio e condutas gerais em situações de sinistro.		
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas	
Conhecer a área da Segurança e	Aplicar princípios ergonômicos na realização do trabalho, a fim de prevenir doenças profissionais e acidentes de trabalho, utilizando adequadamente os EPIs e EPCs.	. O trabalho e o ser humano Ética no mundo do trabalho Política Nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora . Saúde e Segurança no Trabalho: órgãos governamentais Riscos ocupacionais. Mapa de risco Epidemiologia da morbidade no trabalho . Equipamentos de Proteção Individual e Equipamento de Proteção Coletiva: tipo, uso e legislação pertinente Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais: tipo, causas, prevenção e procedimentos legais Legislação trabalhista e previdenciária Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Exames ocupacionais.	
		em situações de sinistro.	

#### Referências

- . BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Constituicao/Constituicao.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Constituicao/Constituicao.htm</a>. Acesso em: 4 set 2013.
- . BRASIL. Decreto-Lei n. 5452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 9 ago. 1943. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto-lei/Del5452.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto-lei/Del5452.htm</a>. Acesso em: 12 maio 2012.
- . BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 25 de julho de 1991. 1991b. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8213cons.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8213cons.htm</a>. Acesso em 18 mar. 2014.
- . BRASIL. Ministério da Previdência Social. Panorama da previdência social brasileira. 3. ed. Brasília: 2008.
- . BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. 2. ed. Brasília, 2001. Disponível em: <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicações/doenças\_relacionadas\_trabalho\_2ed\_p1.pdf">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicações/doenças\_relacionadas\_trabalho\_2ed\_p1.pdf</a>>. Acesso em: 11 jul. 2013.
- . BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 ago. 2012. Seção I, p. 46-51. Disponível em: <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823\_23\_08\_2012.html">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823\_23\_08\_2012.html</a> >.
- . BRASIL. Portaria nº 2.728, de 11 de novembro de 2009. Dispõe sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 12 novembro 2009. Disponível em: <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2728\_11\_11\_2009.html">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2728\_11\_11\_2009.html</a>>. Acesso em: 08 maio 2013. . CAMPOS, Armando. **CIPA**: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes uma nova abordagem. 22 ed.SENAC: São Paulo, 2014.

- . GALLO, Silvio (coord.). Ética e cidadania: caminhos da filosofia. 11 ed. São Paulo: Papirus, 2003.
- . MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Legislação**: Normas Regulamentadoras. Disponível em: <a href="http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm">http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm</a>. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. <a href="http://www.previdencia.gov.br/">http://www.previdencia.gov.br/</a>. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. <a href="http://www.mte.gov.br/">http://www.mte.gov.br/</a>. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NO RIO GRANDE DO NORTE. <a href="http://www.prt21.mpt.gov.br/">http://www.prt21.mpt.gov.br/</a>

### Componente Curricular: Biossegurança nas Ações de Saúde (CH: 30 horas)

UNIDADE CURRICULAR	Biossegurança nas Ações de Saúde	Ações de Saude ARGA HORÁRI	,	
	MENTA: Desenvolver competências para evitar ou minimizar os riscos decorrentes das atividades que envolvam a exposição a agentes biológicos nos ambientes d			
trabalho e na coletividade.				
Competências	Habilidades		Bases Tecnológicas	
Desenvolver ações de saúde que previnam e controlem a transmissão de doenças infecciosas, aplicando normas biossegurança com vistas a proteger a saúde do profissional, do cliente e da equipe de trabalho.	Identificar agentes infecciosos, associando a transmissão modo de vida da população.  Reconhecer as doenças infecciosas e infectocontagiosas transmissão.  Conhecer as principais medidas para prevenir a dimicrorganismos, evitando a cadeia epidemiológica das infectodorismos, evitando a cadeia epidemiológica das infectorismos.  Aplicar técnicas adequadas de manuseio e descarte de rebiológicos, físicos químicos e radioativos, segundo as normo pelos órgãos reguladores.	e as cadeias de isseminação de ções.	Microbiologia e parasitologia: principais microrganismos, características dos meios de transmissão: bactérias, vírus e fungos.  Princípios gerais de Biossegurança.  Prevenção e controle das infecções.  Conceitos de assepsia, antissepsia, desinfecção, descontaminação e esterilização.  Gerenciamento do descarte de resíduos e fluidos biológicos, físicos, químicos e radioativos.  Higienização de mãos: resgate histórico, importância e principais técnicas.  Norma Regulamentadora 32 (NR 32) do Ministério do Trabalho e Emprego.  Acidentes biológicos: prevenção e principais condutas	
Referências  AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. UNIFESP. Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Módulo 5. Risco ocupacional e medidas de precauções e isolamento. DESTRA, A.S; ANGELIERI, D.B; BAKOWSKI, E. SASSI, S. J. G. São Paulo: UNIFESP. 2004.  AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução da Diretoria Colegiada nº 306. 2004.  Recomendações para atendimento e acompanhamento de exposição ocupacional a material biológico: HIV e hepatites B e C. Brasília: ANVISA. 2004.  Higienização das Mãos em Serviços de Saúde. Brasília: ANVISA. 2007.  Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados (GGPAF). Protocolo de uso de EPI: Orientações sobre a necessidade do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os serviços de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados. Brasília: ANVISA. 2009.  Cartilha de Proteção Respiratória contra Agentes Biológicos para Trabalhadores de Saúde. Brasília: ANVISA. 2009.  RDC nº 42, de 25 de outubro de 2010. Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de preparação alcoólica para fricção antisséptica das mãos, pelos serviços de saúde do país e da outras providências. Diário Oficial da União, 26 out 2010.  Riscos Biológicos. Guia Técnico: os riscos biológicos no âmbito da Norma. Regulamentadora nº 32. Brasília, 2008.  BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 3.204, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010. Aprova Norma Técnica de Biossegurança para Laboratórios de Saúde Pública.  Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância Epidemiológica. Protocolo de manejo clínico de síndrome respiratória aguda grave: SRAG. Brasília: MS. 2010.				

# **Componente Curricular: Primeiros Socorros (CH: 40 horas)**

Ementa	Estudo da epidemiologia do trauma nos primeiros socorros. Princípios gerais de primeiros socorros. Avaliação inicial da vítima e prioridades no atendimento. Atendimento de emergência em: parada cardiorrespiratória; hemorragias; ferimentos, urgências provocadas pelo calor; choque elétrico; males súbitos; intoxicações e envenenamentos. Envenenamento por animais peçonhentos. Estados de choque. Corpos estranhos. Afogamento. Imobilização de luxações, entorses e fraturas. Resgate e transporte de pessoas acidentadas.		
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas	
Atuar na prestação de Primeiros Socorros a vítimas de acidentes ou mal súbito.	Desenvolver atividades educativas junto aos indivíduos, famílias e comunidades, visando à prevenção de acidentes na rua, no lar e no trabalho.  Prestar Primeiros Socorros a vítimas de acidentes, observando a escala de prioridades preconizada para o atendimento.  Providenciar socorro médico e realizar imobilizações e transporte da vítima para os serviços, de acordo com a complexidade.	Epidemiologia do trauma – Primeiros Socorros.  Direitos da vítima de trauma e humanização no atendimento.  Prevenção de acidentes.  Avaliação inicial: prioridades.  Atendimentos em PCR (SBV e DEA).  Hemorragias e estado de choque.  Lesões provocadas por calor e frio provocadas pelo calor (insolação, internação e queimaduras).  Choque elétrico; males súbitos (vertigem, desmaios e convulsão); intoxicação e envenenamentos; lesões provocadas por animais peçonhentos; corpos estranhos; afogamento; luxação; entorse e fraturas – imobilização e transportes de acidentados.  Recursos de atendimento de emergência disponíveis na comunidade.	
Referências	Ocupacional, v. 12, n. 45, p. 82-96, jan./mar. 1984. CHAPLEAU, W. Manual de emergências – um guia para primeiro HAFEN, B. Q. et al. Guia de Primeiros Socorros para estudantes. 7 GUYTON, A. C. Fisiologia Humana: uma abordagem integrada. 5	s e medidas de prevenção de acidentes. <b>Revista Brasileira de Saúde</b> s socorros. São Paulo: Elsevier, 2008. d. ed. São Paulo: Manole, 2002.	

# Componente Curricular: Informática em Saúde (CH: 45 horas)

Ementa	Tecnologia da informação. Hardware e Softwares. Sistemasoperacionais. Internet. Microsoft Office Word. Microsoft Office Power Point.		
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas	
Desenvolver atividades na área da saúde, fazendo o uso potencial dos recursos de tecnologia da informação, reconhecendo-se como partícipe do processo e usuário do meio informacional.	informações num menor espaço de tempo.	. Introdução à informática — <i>Hardware</i> e <i>Software</i> .  . Sistemas operacionais: Fundamentos e funções; Sistemas operacionais existentes; Utilização do sistema operacional <i>Windows</i> .  . Internet: histórico e fundamentos; serviços (World Wide Web; Conversa <i>online</i> ; outras aplicações inerentes à área da saúde).  . <i>Software</i> de edição de texto ( <i>Microsoft Office Word</i> ).  . <i>Software</i> de apresentação ( <i>Microsoft Office PowerPoint</i> ).	
Referências	SILVA, M. G. Informática: terminologiabásica, Microsoft Wind Microsoft Office Access 2003 e Microsoft Office PowerPoint 2003. SILVA, M. G. Informática: Terminologia Básica, Windows XP, Mi VINCENT, B. R. L. Internet. Guia para profissionais de saúde. 2 ec	icrosoft Office Word e Excel. 10 ed. São Paulo: Érica. 2008.	

# Componente Curricular: Ato de ler e escrever (CH: 30 hs)

Ementa	Técnicas de leitura, análise e interpretação de textos. Produção de textos: técnicas de sumarização (fichamento e resumo) e de elaboração de paráfrases (citações e referências). Normalização de trabalhos científicos. Pesquisa bibliográfica.		
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas	
Desenvolver capacidade crítica e reflexiva da realidade de modo a	Realizar leitura crítica de textos.	Métodos e técnicas de leitura, análise e interpretação de textos.	
contribuir na interpretação e elaboração de textos científicos e		Técnicas para elaboração de textos acadêmicos e documentos oficiais usados na gestão em saúde.	
documentos oficiais.	Redigir documentos oficiais usados na rotina da gestão em saúde.	Normalização de trabalhos científicos.	
	Realizar levantamento bibliográfico em bibliotecas virtuais	Técnicas de busca de literatura em bibliotecas virtuais.	
D. f	_		
Referências	ADLER, M.J, DOREN, C. V. Como ler livros: o guia clássico para a leitura inteligente. São Paulo: Realizações, 2011.  ALVES, R. Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação. 19 ed. São Paulo: Loyola. 2008.  ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma Brasileira (NBR) 10.520. Informação e Documentação – Citações em documentos – Apresentação. Ago/2002.		
	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <b>Norma Brasileira</b> ( <b>NBR</b> ) <b>6.023</b> . Informação e Documentação – Referências – Elaboração. Ago/2002.		
	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma Brasileira (NBR) 14.724. Informação e Documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Mar/2011.  BIREME / OPAS / OMS (Brasil) Acesso às fontes de informação da Biblioteca Virtual em Saúde. BIREME / OPAS / OMS. São Paulo: BIREME / OPAS / OMS, Março 2008. 23 p.  CAPES (Brasil). Acesso ao portal de periódicos da CAPES via federação CAFe. RNP. 2015. Disponível em <a href="http:">http:</a>		
	//periódicos.capes.gov.br>. CARVALHO, M.R.S. Estrutura do trabalho científico: padronizaç		
	FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se con SOUZA, E.L. et al. Metodologia da pesquisa: aplicabilidade em tral		

# Componente Curricular: Políticas de Saúde (CH: 30 horas)

Ementa	Antecedentes históricos do Sistema Único de Saúde. Legislação do SU	S. Financiamento em Saúde. Regionalização da Saúde.	
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas	
	momentos de construção do SUS.	A Reforma Sanitária Brasileira: antecedentes históricos do Sistema Único de Saúde.	
a organização e operacionalização do SUS no	Conhecer o Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes, legislação e formas de financiamento, analisando seus principais avanços e	O SUS e sua legislação: princípios e diretrizes.	
contexto atual e suas possibilidades de intervir na		O financiamento da saúde e do SUS.	
realidade local e nas condições de vida da população.	Reconhecer a organização atual do Sistema Único de Saúde.	A Regionalização da saúde no SUS.	
Referências	BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Sistema Único de Saúde. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS). Brasília: CONASS, 2011.  BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. O Financiamento da Saúde (Coleção Para Entender a Gestão do SUS). Brasília: CONASS, 2011.  BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Brasília. Ministério da Saúde. 2011  BRASIL. Ministério da Saúde. Decreto nº 7. 508, de 28 de junho de 2011. Brasília: Ministério da Saúde. 2011.  CAMPOS, G.W.S. et al. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo/ Rio de Janeiro. Hucitec/FIOCRUZ. 2006  GIOVANELLA, L. et al. (Orgs). Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro. FIOCRUZ. 2008.  SUS: o que você precisa saber sobre o Sistema Único de Saúde. São Paulo. Atheneu. 2006.  PAIM, J. et al. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. The Lancet. Disponível em: www.thelancet.com.  PAIM, J. et al. Saúde Coletiva: teoria e prática. PAIM, J.S, ALMEIDA-FILHO, N.1 ed. Rio de Janeiro. MedBook, 2014  PAIM, J. S. O que é o SUS. Coleção Temas em Saúde. Rio de Janeiro. FIOCRUZ. 2009  ROUQUAYROL, M.Z, GURGEL, M. Epidemiologia e Saúde. Rio de Janeiro. MedBook. 2013.		

#### Módulo II: INSTRUMENTOS PARA O TRABALHO EM VISAU

### Componente curricular: Introdução à Vigilância em Saúde (CH: 45 horas)

Ementa	Estudo da vigilância em saúde na perspectiva do território enquanto espaço de produção social que tem influência no processo saúdedença, compreendendo sua evolução histórica e conceitual, modelos de organização e processos de trabalho.		
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas	
Compreender a vigilância em saúde como principal estratégia operacional para organização e execução das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde da população no território.	Discutir sobre a evolução histórica e conceitual da vigilância em saúde.  Identificar o território como espaço de produção social das condições que influenciam diretamente no processo saúde-doença da população.  Analisar o processo de trabalho em vigilância em saúde.  Identificar as vertentes epidemiológica, sanitária, ambiental e em saúde do trabalhador que conformam a Vigilância em saúde.	Evolução histórica e conceitual da vigilância em saúde.  O território enquanto espaço de produção social e sua influência no processo saúde-doença.  Processo de trabalho em vigilância em saúde.  Modelos de organização de serviços voltados para a vigilância em saúde: serviços e ações de vigilância epidemiológica; de vigilância sanitária; de vigilância em saúde ambiental; de vigilância em saúde do trabalhador.	

#### Referências

Tratado de Saúde Coletiva. Campos et al (org). SP/RJ: Hucitec/ABRASCO. 2006.

Coleção Para Entender a Gestão do SUS/2011. Vigilância em Saúde. Parte 1. CONASS. (arquivo eletrônico).

Epidemiologia aplicada nos serviços de saúde. Lourdes Bernadete dos Santos Pito Alexandre (Org). São Paulo: Martinari. 2012. 312p.

Vigilância da Saúde: fundamentos, interfaces e tendências

Health Surveillance: foundations, interfaces and tendencies. Antonio Luis Vicente Arreaza - Arreaza, A.L.V.

### Componente Curricular: Território em Saúde (CH: 50 horas)

Ementa	Espaço geográfico. Território. Espaço geográfico e epidemiologia: distribuição espacial das desigualdades em saúde. Representação do processo saúde e doença em mapas.	
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
Compreender o conceito de território, suas múltiplas dimensões e conteúdos e as dinâmicas que o caracteriza.	L'onhacar as concancoas a práticas sobra o tarritório	O espaço geográfico enquanto sistemas de objetos e sistemas de ações: a construção do conceito de território e sua apropriação na saúde.  Território: espaço de vigilância em saúde e de relações de poder.
Identificar os determinantes, riscos, vulnerabilidades, potencialidades e a contribuição do território para o processo saúde e doença-cuidado.		Regras sociais e recursos comunitários. Formas de organizar a vida e as relações políticas, sociais, econômicas e culturais vigentes nas comunidades.  Espaço geográfico e Epidemiologia: os espaços urbanos e a saúde.
Compreender a importância dos dados e informações territorializadas para as tomadas de decisões e ações.		Fenômenos de adoecimento e possibilidades de recuperação da saúde tendo em vista a realidade vivida nas comunidades.  Distribuição espacial das desigualdades em saúde.
	Pibliografia	Representação dos processos saúde doença em mapas: noções de cartografia.

#### Bibliografia

BARCELLOS, C. Os indicadores da pobreza e a pobreza dos indicadores: uma abordagem geográfica das desigualdades sociais em saúde. In:\_\_\_\_\_ (Org.). A geografia e o contexto dos problemas de saúde. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2008. p.107-140.

BONFIM, C.; MEDEIROS, Z. Epidemiologia e Geografia: dos primórdios ao geoprocessamento. Espaç. Saúde, v.10, n.1, p. 53-62, 2008.

BOUSQUAT, A.; COHN, A. A dimensão espacial nos estudos sobre saúde: uma trajetória histórica. Rev. História, Ciências, Saúde, v. 11, n. 3, p. 549-568, 2004.

CAIRUS, H. F. Ares, águas e lugares. In: CAIRUS, H. F.; RIBEIRO JÚNIOR, W. A. **Textos hipocráticos:** o doente, o médico e a doença. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. p. 91-129. (Coleção História & Saúde)

CZRESNIA, D, MONTEIRO, A.M. O conceito de espaço em epidemiologia: uma interpretação histórica e epistemológica. Rev. Cad.Saúde Pública. Jul/set.2000.

FARIA, R. M.; BORTOLOZZI, A. Espaço, território e saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da saúde no Brasil. **Rev. RA'E GA**, n. 17, p. 31-41, 2009. FIOCRUZ. EPSJV. **Curso de Desenvolvimento Profissional de Agentes Locais de Saúde**. Livros 3 e 5. EPSJV:Rio de Janeiro, 2003.

GONDIN, G. M. M. Espaço e Saúde: uma (inter) ação provável nos processos de adoecimento e morte em populações. In: MIRANDA, A. C. et al. **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. p.57-75.

MONKEN, M.; BARCELLOS, C. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. Cad. Saúde Pública, v. 21, n. 3, p. 898-906, 2005. SANTOS, M. Sistema de objetos, sistemas de ações. In: \_\_\_\_\_\_. Técnica, espaço, tempo. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 85-111. SANTOS, M. O espaço: sistemas de objetos, sistemas de ação. In: \_\_\_\_\_. A natureza do espaço. 4. ed. 5 reimp. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 61. SANTOS, S.N., BARCELLOS, C. Abordagens espaciais na saúde pública. MS/FIOCRUZ. 2006. STEVEN, J. O mapa fantasma: como a luta de dois homens contra o cólera mudou o destino de nossas metrópoles. Trad. Sérgio Lopes. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

### Componente curricular: Educação em Saúde (CH: 30 horas)

**EMENTA:** Evolução conceitual das práticas educativas; processos de participação e mobilização comunitária e social; planejamento de ação educativa em saúde.

Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
Compreensão do processo histórico de construção das práticas educativas e das opções pedagógicas na saúde bem como do protagonismo da cultura popular;  Reconhecer os Processos de Participação e mobilização comunitária e social como instrumento de autonomia e produção de saúde.	Conhecer as abordagens pedagógicas de práticas educativas;  Relacionar a teoria da educação com a prática vivenciada;  Relacionar os conceitos de comunicação e participação à prática educativa;  Conhecer as etapas do planejamento de uma ação educativa baseada em problemas.	As abordagens pedagógicas das práticas educativas;  Práticas educativas em Saúde: potencialidades problemas e desafios;  A educação enquanto instrumento de promoção da saúde;  Participação e Mobilização comunitária e social;  Elaboração de projetos educativos.

#### Referências

MARTINS, C.M. (Org.). Educação e saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/ Fiocruz, 2007.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_. Educação como Prática a Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

### **Complementares**

BRASIL. Ministério da Saúde. II Caderno de educação popular em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013**. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Disponível em: <a href="http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761\_19\_11\_2013.html">http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761\_19\_11\_2013.html</a>>. Acesso em: 21 abr 2016.

MACHADO, A. G.M.; WANDERLEY, L.C.S. Educação em Saúde. Disponível em:

<a href="http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca\_virtual/esf/2/unidades\_conteudos/unidade09/unidade09.pdf">http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca\_virtual/esf/2/unidades\_conteudos/unidade09/unidade09.pdf</a>>. Acesso em: 21 abr 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. O trabalho do agente comunitário de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

# Componente Curricular: Informação em Saúde (CH: 50 horas)

Ementa	Informações em saúde. Fluxo das informações em saúde. Ética e cida	adania na produção e uso de informações em saúde. Política Nacional de
	Informação e Informática em Saúde. Sistemas de Informações em Saúde.	de.
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
Capacidade de identificar a importância dos Sistemas da Informação em Saúde (SIS) articulados à epidemiologia no desenvolvimento dos processos de planejamento, controle e avaliação das ações e serviços.		Fluxo das Informações em Saúde: Registro, Processamento, Análise e Disponibilização.  Ética e cidadania nos processos de produção e utilização da informação.  Política Nacional de Informação e Informática em Saúde: aspectos históricos e contexto atual.  Sistemas de Informações em Saúde: principais conceitos e princípios de organização.  Sistemas de Informações em Saúde do Ministério da Saúde: classificação, características, benefícios e funcionalidades.  Principais Sistemas de Informação em Saúde no Brasil, utilizados pela vigilância em saúde.  Segurança e Qualidade das Informações em Saúde.  sem uma nova era. 1 ed. Rio de Janeiro. FIOCRUZ. 2006.  to exercício da cidadania. 1 ed. Rio de Janeiro. HUCITEC. 1994.  topia da emancipação. 1 ed. Salvador. Casa da Qualidade. 2004.

# Componente Curricular: Planejamento em Saúde (CH: 30 horas)

Ementa	Planejamento em saúde: histórico, conceitos básicos e enfoques. Avaliação em saúde. Avaliação de sistemas e serviços de saúde. Instrumentos de planejamento do SUS.	
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
Capacidade de compreender o planejamento em saúde como estratégia fundamental para organização dos serviços de saúde.	Reconhecer a importância do planejamento em saúde.  Discutir os conceitos, tipos de planejamento e instrumentos de planejamento utilizados na gestão em saúde.  Conhecer os métodos operacionais de planejamento em saúde.	<ul> <li>. Desenvolvimento histórico da planificação em saúde.</li> <li>. Planejamento em saúde: conceitos básicos e enfoques.</li> <li>. Avaliação em saúde: modelos teóricos e abordagens conceituais.</li> <li>. Avaliação de sistemas e serviços de saúde.</li> <li>. Instrumentos de planejamento do SUS.</li> </ul>
Bibliografia	de operacionalização. Ministério da Saúde, Organização Pan America Básicos de Saúde).  TANCREDI,F. B. BARRIOS,S. R. L., FERREIRA, J. H. G. F. Pl Cidadania).	SUS (PlanejaSUS): uma construção coletiva. Trajetória e orientações ana da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 318 p. (Série B. Textos lanejamento em Saúde. v. 2. São Paulo: USP. 1998. (Série Saúde & da Gestão e Trabalho em Saúde. ABRAHÃO, A. L.; FRANCO, T. B.;

# Componente Curricular: Informática em saúde II (CH: 45 horas)

Ementa	Software de planilha eletrônica (Microsoft Office Excel).	
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
da saúde, fazendo o uso potencial dos recursos de tecnologia da	Conhecer e operar o <i>software</i> aplicativo ( <i>Microsoft Office Excel</i> ).  Identificar os diferentes tipos de gráficos, fórmulas e funções e compreender a sua aplicabilidade.  Compreender a importância do aplicativo no armazenamento e análise de dados, gerando informação em saúde, influenciando dessa forma, a prática profissional.	. Formatação de células. . Classificação e filtro dados.
Bibliografia	SILVA, M. G. Informática: terminologiabásica, Microsoft Windows XP, Microsoft Office Word 2003, Microsoft Office Excel 2003  Microsoft Office Access 2003 e Microsoft Office PowerPoint 2003. 1 ed. São Paulo: Érica. 2006.  SILVA, M. G. Informática: Terminologia Básica, Windows XP, Microsoft Office Word e Excel. 10 ed. São Paulo: Érica. 2008.	

### Componente Curricular: Bioestatística (CH: 40 hs)

Ementa	Estatística e Bioestatística: conceitos e aplicações na área da saúde. Medidas estatísticas: medidas de tendência central e de dispersão. Técnicas de organização e apresentação de dados em gráficos e tabelas. Probabilidade: conceitos e distribuição. Caracterização das variáveis. Técnicas de amostragem voltadas para estudos na área da saúde.	
Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
bioestatística como ferramenta de analise e	<ul> <li>Conhecer os conceitos de estatística e bioestatística e suas aplicações na saúde.</li> <li>Descrever e apresentar dados de forma organizada, através de gráficos e tabelas.</li> <li>Compreender e utilizar as medidas de tendência central e de dispersão na análise de dados estatísticos na área da saúde.</li> <li>Compreender a análise probabilística de dados.</li> </ul>	saúde Medidas estatísticas: medidas de tendência central e de dispersão.

#### Referências

BASTOS,J. L. D., DUQUIA, R. P. Tipos de dados e formas de apresentação na pesquisa clínico-epidemiológica. Notas de Epidemiologia e Estatística. *Scientia Medica*, Porto Alegre: PUCRS, v. 16, n. 3, jul./set. 2006.

BASTOS, J. L. D., DUQUIA, R. P. Medidas de dispersão: osvalores estão próximos entre si ou variam muito? Notas de epidemiologia e estatística. *Scientia Medica*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 40-44, jan./mar. 2007.

DORIA FILHO, U. **Introdução à Bioestatística para simples mortais**. 3ed. São Paulo: Negócio. 1999.152 p.

DUQUIA, R. P., BASTOS, J. L. D. Medidas de tendência central: onde a maior parte dos indivíduosse encontra? Notas de epidemiologia e estatística. *Scientia Medica*, Porto Alegre: PUCRS, v. 16, n. 4, out./dez. 2006.

PINHEIRO, R.S., TORRES, T.Z.G. Análise exploratória de dados. p. 323-341. In: MEDRONHO, R.A. Epidemiologia. São Paulo: Ateneu, 2009. 685p.

TORRES, T.Z.G., MAGNANINI, M. M. F., LUIZ, R. R. Amostragem. p.403-414. In: MEDRONHO, R.A. Epidemiologia. São Paulo: Ateneu, 2009. 685p.

TAKAHASHI, S, INOUE, TREND - pro Co. Guia Mangá de Estatística. São Paulo: Novatec. 2010. 215 p.

TOLEDO, G.L, OVALLE I.I. Estatística Básica. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1985.459 p.

### MÓDULO III: VIGILÂNCIA EM SAÚDE I

Componente curricular: Saúde e ambiente (CH: 50 horas)

**Ementa:** Compreensão da relação entre ambiente e saúde; estudo da ética ligada ao meio ambiente; identificação das principais questões ambientais globais da atualidade e as doenças veiculadas pela água, ar e solo contaminados; saneamento ambiental e saúde, e utilização de estratégias de educação ambiental.

Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
Compreender a relação saúde e ambiente, no contexto atual, identificando as principais questões ambientais globais, legislações que tratam sobre o tema e estratégias de educação em saúde ambiental.	Identificar as principais relações entre saúde e ambiente bem como situações de risco à saúde humana.  Refletir acerca dos aspectos que envolvem a manutenção da vida humana no planeta.	Relação entre saúde e ambiente. Ética e meio ambiente. Questões ambientais globais. Legislação ambiental;
Compreender determinantes, riscos e danos à saúde humana, advindos da relação saúde e ambiente.	Conhecer a legislação sanitária ambiental.  Aplicar a educação em saúde ambiental.	Mapeamento de Riscos Ambientais no território; Doenças veiculadas pela água, ar e solo contaminados; Saneamento básico. Educação ambiental.

#### Referências

AUGUSTO, L.G.da S., MOISES, M. Conceito de Ambiente e suas Implicações para a Saúde. In: ABRASCO. 1ª Conferencia Nacional de Saúde Ambiental. Caderno de textos. Brasília, 2009.

BRASIL. LEI FEDERAL Nº 6.938, de 02 de setembro de 1981. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente.

BRASIL. LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. CONASS. VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Parte 1. Coleção para entender a gestão do SUS. Brasília: CONASS, 2011.

FREITAS, C.M., PORTO, M.F. Saúde, ambiente e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. (série temas em saúde).

MOTA, S. Saúde Ambiental. In: ROUQUAYROL, M.Z., GURGEL, M. Epidemiologia & saúde. Rio de Janeiro: Medbook, 2013.

RADICCHI, A.L.A., LEMOS, A. F. **Saúde ambiental**. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, Coopmed, 2009. Disponível em

<a href="https://ares.unasus.gov.br/acervo/bitstream/.../saude\_ambiental.pdf">https://ares.unasus.gov.br/acervo/bitstream/.../saude\_ambiental.pdf</a>? acesso em março de 2014.

### Componente curricular: Epidemiologia (CH:60 horas)

**Ementa:** Estudo da evolução histórica da epidemiologia e sua relação com as teorias explicativas do processo saúde doença. Variáveis epidemiológicas. História natural das doenças, níveis de aplicação das medidas preventivas. Cadeia epidemiológica das doenças transmissíveis. Medidas de frequência e indicadores de saúde. Transição demográfica e epidemiológica da população brasileira.

Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
Reconhecer a epidemiologia enquanto instrumento de apoio à análise da situação de saúde, ao planejamento e avaliação das	Identificar os princípios, usos e objetivos da epidemiologia, correlacionando-a com as compreensões do processo saúde e doença, com a história natural da doença e os níveis de aplicação das medidas	Evolução histórica, conceitual da epidemiologia e sua relação com as teorias explicativas do processo saúde-doença.
ações e dos serviços de saúde.	preventivas.  Compreender a dinâmica de causalidade das doenças transmissíveis e doenças e agravos não transmissíveis	Variáveis epidemiológicas (Pessoa, Tempo e Lugar).  História Natural das doenças (Leavell& Clark).  Níveis de aplicação de medidas preventivas.
	Identificar o processo epidêmico: conceitos, características do comportamento endêmico e epidêmico das doenças e agravos à saúde, bem como os tipos de epidemia.	Cadeia epidemiológica das doenças transmissíveis  Medidas de frequência das doenças: incidência, prevalência e letalidade.
	Compreender a construção e utilização dos os principais indicadores de saúde e medidas de frequência das doenças e agravos à saúde.	Indicadores de Saúde: morbidade e mortalidade.  Transição demográfica e epidemiológica da população brasileira.
	Reconhecer o impacto da transição demográfica vivenciada pela população brasileira e seus efeitos no perfil de adoecimentos e mortes.	

#### Referências

DEpidemiologia. Roberto A. Medronho. São Paulo: Atheneu. 2009.

2) Fundamentos da Vigilância Sanitária. Suely Rozenfeld (org). Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2001.

B)Tratado de Saúde Coletiva. Campos et al (org). SP/RJ: Hucitec/ABRASCO. 2006.

1)Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações. RIPSA. 2008.

)Cap.10. Indicadores. Livro Bases da Saúde Coletiva. Cap. 10 (arquivo eletrônico)

b)Série B. Textos Básicos de Saúde. Série Pactos pela Saúde 2006, v. 13. Diretrizes para a Vigilância em Saúde. (arquivo eletrônico)

7) Série B. Textos Básicos de Saúde. Série Pactos pela Saúde 2006, v. 14. Diretrizes para a Vigilância em Saúde. (arquivo eletrônico)

Coleção Para Entender a Gestão do SUS/2011. Vigilância em Saúde. Parte 1 e Parte 2. CONASS. (arquivo eletrônico)

B)PORTARIA Nº 3.252 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009. DOU-245 PG-65-69 SEÇÃO 1 DE 23.12.09. Aprovaas diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências. (arquivo eletrônico)

- The Lancet- Saúde no Brasil. Maio de 2011. Editora Elsevier S/A (arquivo eletrônico)
- 0) Epidemiologia básica. Bonita, R.Beaglehole, R., Kjellström. Tradução e revisão científica: Juraci A. Cesar. 2.ed. São Paulo: Santos. 2010. 213p. (arquivo eletrônico).
- 1) Epidemiologia & Saúde. Fundamentos, Métodos, Aplicações. Naomar de Almeida Filho e Maurício Lima Barreto. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- 12) Gestão e Vigilância Sanitária: modos atuais do pensar e fazer. MarismaryHorsth De Seta, Vera Lúcia Edais Pepe, Gisele O'Dwyer de Oliveira (Org). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- 13) Epidemiologia aplicada nos serviços de saúde. Lourdes Bernardete dos Santos Pito Alexandre. São Paulo: Martinari, 2012.14) Rouquayrol Epidemiologia & Saúde. Maria Zélia Rouquayrol e Marcelo Gurgel Carlos da Silva. Rio de Janeiro: MedBook, 2013
- 4) Epidemiologia Moderna, 3 ed. Kenneth J Rothman, GreenlandS, Timothy L. Lash. Editora Artmed,2011
- 5) Barata RB. A historicidade do conceito de causa. 20 ed. Rio de Janeiro, ENSP/ABRASCO,1990 .(epidemiologia 1 texto de apoio)

#### Componente curricular: Vigilância em saúde ambiental (CH:50 horas)

**Ementa:** Estudo da vigilância em saúde ambiental, com ênfase na organização dos serviços no SUS; interdisciplinaridade e intersetorialidade em vigilância e saúde ambiental; Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental (SINVAS); Dados e indicadores de saúde ambiental; Atuação da Vigilância em Saúde Ambiental relacionada à: água, solo, substâncias químicas, ar, desastres, radiações, entre outros.

Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
Compreender a organização da vigilância em saúde ambiental, no Sistema único de saúde.  Compreender a atuação da vigilância em saúde ambiental nas suas diversas áreas, na perspectiva de minimizar, eliminar ou controlar determinantes, riscos e danos à saúde humana, relacionados ao ambiente.	Conhecer a organização da vigilância em saúde ambiental no Brasil.  Planejar e desenvolver ações em vigilância em saúde ambiental no seu contexto de atuação, em uma perspectiva interdisciplinar e intersetorial.  Atuar nas áreas específicas da vigilância em saúde: água, solo, ar, desastres, substâncias químicas, entre outras.  Conhecer os sistemas de informações relacionados à Vigilância em saúde ambiental, bem como dos dados e indicadores em saúde desta área.	Organização dos serviços de vigilância em saúde ambiental em nível nacional, estadual e local; Interdisciplinaridade e Intersetorialidade em Vigilância em Saúde Ambiental.  Dados e indicadores em Vigilância em saúde ambiental: Matriz de indicadores de VSA, modelo FPSEEA  Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde – SINVAS  Atuação da vigilância em saúde ambiental relacionada à: água, solo, substâncias químicas, desastres, físicas, etc.

#### Referências

**BRASIL.Portaria n° 2.914/2011** (Procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.). Texto disponível em: < http://189.28.128.179:8080/pisast/saude-ambiental/vigiagua/normas-e-legislacoes/Portaria%20MS%20no%202.914-12-12-2011.pdf>. Acesso em: 24 maio 2012. **BRASIL**. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.

Saúde ambiental: guia básico para construção de indicadores. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Vigilância em saúde ambiental: dados e indicadores selecionados 2014. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

OLIVEIRA, M.L.C., FARIA, S.C. Indicadores de saúde ambiental na formulação e avaliação de políticas de desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais** – número 11, 2008.

BRASIL. CONASS. VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Parte 1. Coleção para entender a gestão do SUS. Brasília: CONASS, 2011.

BRASIL. **Manual de instruções – 2014:** instrumento de identificação dos municípios de risco (IIMR). Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Poluição Atmosférica – VIGIAR.Brasília: 2014.

RADICCHI, A.L.A., LEMOS, A. F. **Saúde ambiental**. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, Coopmed, 2009. Disponível em <a href="https://ares.unasus.gov.br/acervo/bitstream/.../saude ambiental.pdf">https://ares.unasus.gov.br/acervo/bitstream/.../saude ambiental.pdf</a>? acesso em marco de 2014.

### Componente curricular: Vigilância Epidemiológica (CH: 60 horas)

Ementa: Estudo da vigilância epidemiológica na perspectiva da vigilância em saúde. Vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis, das doenças imunopreveníveis, das zoonoses, das doenças e agravos não transmissíveis, nos três níveis de atenção. Vigilância epidemiológica das infecções hospitalares e indicadores de qualidade da assistência à saúde no ambiente hospitalar. Sistemas de Informação da Vigilância Epidemiológica. Diagnóstico da situação de saúde e das condições de vida da sua área de atuação.

Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
Atuar nos serviços de saúde com base nas concepções e práticas da vigilância	Compreender o uso das ferramentas da epidemiologia na vigilância em saúde.	Aplicação da epidemiologia analítica na vigilância em saúde
epidemiológica contribuindo nas práticas de gestão e atenção em saúde na perspectiva da vigilância em saúde;	Conhecer o papel da vigilância epidemiológica na prevenção e controle de doenças e agravos à saúde.	Conceituação da vigilância epidemiológica na perspectiva da vigilância em saúde.  Vigilância epidemiológica das doenças
	Conhecer a vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis nos três níveis de atenção (notificação	transmissíveis nos três níveis de atenção (notificação compulsória de doenças).
	compulsória de doenças).	Vigilância epidemiológica das doenças imunopreveníveis.
	Participar da vigilância epidemiológica no ambiente hospitalar (infecções relacionadas à assistência à saúde	Vigilância epidemiológica das zoonoses e arboviroses.
	e indicadores de qualidade da assistência à saúde).	Vigilância epidemiológica nosserviços de saúde (infecções relacionadas à assistência à saúde e
	Conhecer a vigilância epidemiológica de doenças e agravos não transmissíveis nos três níveis de atenção.	indicadores de qualidade da assistência à saúde).  Vigilância epidemiológica de doenças e agravos não
	Aplicação dos sistemas de informações (e-SUS, SIM,	transmissíveis.
	SINAM, SINASC, SISPNI e SIH) e suas aplicações na vigilância Epidemiológica.	Uso dos Sistemas de Informação na Vigilância Epidemiológica
	Elaborar o perfil epidemiológico da população	Perfil epidemiológico da população.

- Epidemiologia. Roberto A. Medronho. São Paulo: Atheneu. 2009.
- 2) Fundamentos da Vigilância Sanitária. Suely Rozenfeld (org). Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2001.
- B)Tratado de Saúde Coletiva. Campos et al (org). SP/RJ: Hucitec/ABRASCO. 2006.
- 1)Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações. RIPSA. 2008.
- 5) Cap. 10. Indicadores. Livro Bases da Saúde Coletiva. Cap. 10 (arquivo eletrônico)
- Série B. Textos Básicos de Saúde. Série Pactos pela Saúde 2006, v. 13. Diretrizes para a Vigilância em Saúde. (arquivo eletrônico)
- 7) Série B. Textos Básicos de Saúde. Série Pactos pela Saúde 2006, v. 14. Diretrizes para a Vigilância em Saúde. (arquivo eletrônico)8) Oliveira MAC "Egry EY. Historicidade las teorias interpretativas do processo saúde-doença. Rev. Enf. USP.2000,34(1):9-15.
- ) Teixeira CM, PaimJS, Vilasbôas AL. SUS, modelos assistenciais e vigilância da saúde. IESUS, VII (2), Abr/Jun, 1998.
- 0) BLOCK, K.V; COUTINHO, E.S.F.Fundamentos da Pesquisa Epidemiológica. In: MEDRONHO, R.A; LUIZ, R.R; WERNECK, G.L. (org). Epidemiologia 2aEdição. Editora Atheneu, 2009.2
- 1)MORAES, I. H. S. & GOMEZ, M. N. G. Informação e informática em saúde: caleidoscópio contemporâneo da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 8, p. 553-565, 2007
- 2)CAMARGO,K.R.B;SANCHES,K.R.B;CASCÃO,A.M. Sistemas de Informação em Saúde.In\_Epidemiologia,2.ed.Rio de Janeiro.Editora Atheneu,2009,p.525-534
- 11)FERREIRA,S.MG(2001). "Sistema de Informação em Saúde". In: Ministério da Saúde (org.). Gestão Municipal em Saúde-Textos Básicos. Riode Janeiro: Ministério da Saúde (1º ed.: 171-191.

# Componente curricular: Práticas integradas em Vigilância em Saúde I (CH: 40 horas)

Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
Capacidade de desenvolver ações de vigilância em saúde no campo de práticas do sistema de saúde.	Relacionar e aplicar conhecimentos construídos no transcorrer do curso à prática do trabalho da vigilância em saúde  Participar do trabalho coletivo e em equipe com base nos princípios éticos  Fazer relação entre teoria e prática, buscando construir conhecimentos a partir das necessidades de aprendizagem identificadas na realidade do trabalho, exercitando a educação permanente.	O processo de trabalho da vigilância em saúde.  A inserção do Técnico em Vigilância em Saúde nas práticas de vigilância em saúde.

Todas as que foram utilizadas nas disciplinas anteriores.

### MÓDULO IV: VIGILÂNCIA EM SAÚDE II

#### Componente curricular: Vigilância sanitária (CH 100 horas)

**Ementa:** Constituição da vigilância sanitária no Brasil. Regulamentação e organização da vigilância sanitária no SUS. Conceitos e as práticas de vigilância sanitária. Processo de trabalho da vigilância sanitária na área de alimentos; medicamentos, saneantes, cosméticos e correlatos; serviços de saúde e de interesse da saúde; atuação da vigilância sanitária em portos, aeroportos e fronteiras.

Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
Compreender as formas de organização e o processo de trabalho da vigilância sanitária no âmbito do SUS	Reconhecer a evolução histórica da vigilância sanitária no Brasil.  Atuar na vigilância sanitária com base nas regulamentações da área.  Identificar a legislação específica e organização da vigilância sanitária no âmbito do SUS.  Atuar no processo de trabalho em vigilância sanitária.  Participar da normatização de processos, produtos e serviços de interesse da saúde.  Participar das ações de vigilância sanitária nas áreas de alimentos, medicamentos, saneantes, cosméticos e correlatos,	Constituição da Vigilância Sanitária no Brasil. Regulamentação e organização da vigilância sanitária no SUS. Conceitos e práticas de vigilância sanitária. Processo de trabalho da vigilância sanitária na área de alimentos. Processo de trabalho da vigilância sanitária na área de medicamentos, saneantes, cosméticos e correlatos. Processo de trabalho da vigilância sanitária na área de serviços de saúde. Processo de trabalho da vigilância sanitária na área de
	serviços de saúde, bem como em portos, aeroportos e fronteiras.	portos, aeroportos e fronteiras.

#### Referências:

ANVISA. Idec. Vigilância sanitária. Alimentos, medicamentos, produtos e serviços de interesse à saúde. Guia didático. Brasília: ANVISA, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde: parte 2. Brasília: CONASS, 2011, 113 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 6, II) BRASIL. **Lei n. 8.080,** de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, o serviço e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.

COSTA, E.A. (org). Vigilância Sanitária: desvendando o enigma. Salvador: EDUFBA, 2008.

COSTA, E.A. Regulação e vigilância sanitária: proteção e defesa da saúde. In: ROUQUAYROL, M. Z., GURGEL, M. **Epidemiologia e saúde**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.

SILVA, A.C.P., PEPE, V.L.E. Vigilância sanitária: campo da promoção e proteção da saúde. In: GIOVANELLA, L. (org.) **Políticas e sistema de saúde no Brasil.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

SOUZA, GS. COSTA, E.A. Trabalho em vigilância sanitária conceitos teóricos para a reflexão sobre as práticas In: COSTA, EA., org. **Vigilância Sanitária: temas para debate** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 237 p. ISBN 978-85-232-0652-9. Available from SciELO Books <a href="http://books.scielo.org">http://books.scielo.org</a>.

#### Componente curricular: Saúde do trabalhador e Legislação em Saúde e Segurança no Trabalho (CH: 50 horas)

**Ementa:** Estudo das diretrizes históricas, legais e políticas da Saúde e Segurança no Trabalho para fundamentação de práticas de promoção à saúde e vigilância nos espaços ocupacionais do mundo do trabalho, visando à garantia da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.

Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
Conhecer as diretrizes, leis e normas nacionais e	Discutir a evolução histórica, as políticas públicas e os	Aspectos históricos da Segurança e Saúde no Trabalho
internacionais de proteção à saúde e segurança	princípios que regem a assistência à saúde do trabalhador.	Diretrizes básicas internacionais e nacionais de proteção à
do trabalho;	Interpretar e aplicar legislação e normas de saúde e	saúde do trabalhador. Convenções da Organização
Compreender a organização de ações de atenção	segurança no trabalho, reconhecendo a importância das leis	Internacional do Trabalho (OIT).
integral à saúde do trabalhador.	para a promoção da saúde e qualidade de vida do	Noções gerais sobre Legislação.
	trabalhador.	Organizações Internacionais e Nacionais de proteção ao
	Identificar desafios e as oportunidades para os profissionais e	trabalhador
	técnicos que atuam no campo da Saúde do Trabalhador.	Política Nacional de Saúde do Trabalhador
	Capacidade de analisar criticamente as políticas públicas de	Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do
	saúde relacionando-as com os problemas sociais e de saúde	Trabalhador (RENAST) no Sistema Único de Saúde.
	do trabalhador.	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
		(CEREST).
		Sistema Único de Saúde (SUS). Vigilância em Saúde do
		Trabalhador.
		Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no
		Trabalho (NRs). NR 04 e NR 05.
		Legislação de proteção à saúde da mulher, criança,
		adolescente, idoso e pessoas com necessidades especiais.

#### Referências

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 ago. 1943.

BRASIL. Lei 6514/77. Altera o Capítulo V do Titulo II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências.

BRASIL. Congresso Nacional Brasileiro. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei 8213 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

FUNDACENTRO. Diretrizes sobre Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho. São Paulo: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança E Medicina do Trabalho, 2005. Título original: Guidelines on Occupational Safety and Health Management Systems – ILO-OSH 2001. Tradução: Gilmar da Cunha Trivelato. 48 p. ORGANIZAÇÃO INTERNACONAL DO TRABALHO. Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho: um instrumento para uma melhoria contínua. Edição: 2011. BRASIL. PORTARIA Nº 1.823, DE 23 DE AGOSTO DE 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador Trabalhar sim! Adoecer, não!: o processo de construção e realização da 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador: relatório ampliado da 3ª CNST online / Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 224 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Glossário temático da saúde do trabalhador do Mercosul: Comissão Intergovernamental de Saúde Ambiental e do Trabalhador – Cisat. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 65 p. :il

### Componente curricular: Vigilância em Saúde do Trabalhador (CH: 70 horas)

**Ementa:** Estudo dos fatores que determinam a saúde e segurança no trabalho, dos instrumentos de registros e notificação legais, das medidas de prevenção recomendadas para evitar doenças e agravos relacionados ao trabalho e dessas doenças e agravos mais frequentes, com vista a garantir a preservação da saúde e integridade física do trabalhador e trabalhadora nos ambientes de trabalho.

Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
Conhecer a evolução industrial e tecnológica bem como suas implicações na saúde e segurança do trabalho;	Discutir sobre a evolução industrial e tecnológica e suas implicações na saúde e segurança no trabalho.	Evolução industrial e tecnológica e saúde e segurança no trabalho: conceituação, aspectos biológicos, econômicos e psicossociais.
Compreender os determinantes do processo saúde/doença/trabalho e os principais problemas	Analisar criticamente dados epidemiológicos e estatísticos; coletar e organizar dados relativos à saúde e segurança do trabalho. Reconhecer a importância do registro,	Epidemiologia e estatística em saúde do trabalhador.  Registro de dados, preenchimento e encaminhamento de
que afetam a saúde de grupos de trabalhadores e o processo de reabilitação destes; Compreender a legislação sobre Acidente do	preenchimento e encaminhamento adequado de formulários da CAT, SINAN e outros, utilizando, inclusive, ferramentas de informática para otimizar o processo de consolidação de informações referentes à saúde do trabalhador.	formulários (CAT, SINAN e outros).  Acidentes de trabalho.
Trabalho.	Interpretar e cumprir a legislação sobre Acidente do Trabalho.	Riscos ocupacionais no ambiente de trabalho: classificação, conceito, caracterização, reconhecimento, ocorrência, prevenção, controle e eliminação.
	Reconhecer os determinantes que levam a ocorrência dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.	Riscos físicos, químicos e biológicos: conceituação, ocorrência, reconhecimento e noções gerais de controle
	Reconhecer, promover e priorizar a prevenção e controle de acidentes do trabalho mediante o uso adequado de procedimentos e equipamentos de segurança.	de cada agente; 38consequências sobre a saúde e segurança do trabalhador e impactos nos processos produtivos.
	Identificar riscos e desenvolver ações de promoção à saúde e	Acidentes biológicos e Norma Regulamentadora 32.
	segurança no trabalho objetivando a prevenção, o controle, eliminação, quando possível, e neutralização dos riscos de acidentes do trabalho.	Riscos ergonômicos e suas 38consequências sobre a saúde e segurança do trabalhador e impactos nos processos produtivos.
	Identificar riscos ergonômicos e aplicar princípios de ergonomia a fim de prevenir doenças profissionais e	Relação saúde/doença/ambiente de trabalho. Estudo de

acidentes de trabalho.

Reconhecer o processo saúde/doença/ambiente de trabalho e os principais problemas que afetam a saúde de grupos de trabalhadores a fim de prevenir doenças profissionais e acidentes de trabalho.

Saber como a fisiologia do sistema muscular, nervoso, circulatório, respiratório, locomotor e dos órgãos dos sentidos se relaciona diretamente com a realização do trabalho.

Aplicar princípios de segurança e saúde no trabalho, a fim de prevenir intoxicações ocupacionais.

causa e efeito do processo saúde-doença no trabalho.

Fisiologia dos sistemas muscular, nervoso, circulatório, respiratório, locomotor e órgãos dos sentidos e sua relação com o trabalho. Alterações da fisiologia humana em função do trabalho e/ou meio ambiente do trabalho. Formas de trabalho humano e suas relações com os sistemas e aparelhos: muscular, nervoso, circulatório, respiratório, renal, locomotor e órgãos dos sentidos.

Doenças Ocupacionais, noções gerais e prevenção.

Doenças causadas por agentes físicos, químicos, biológicos e ergonômicos: quadro clínico, diagnóstico, exames complementares, tratamento.

Transtornos mentais relacionados ao trabalho.

Absenteísmo: causas e consequências.

Toxicologia do Trabalho.

Agentes tóxicos: vias de penetração, absorção, metabolismo e eliminação. Identificação dos produtos e advertência sobre os seus efeitos tóxicos.

Doenças não ocupacionais que podem influir na saúde do trabalhador: doenças infecciosas, doenças crônicas (Diabetes, Hipertensão etc.).

Fumo, alcoolismo e outras drogas.

Processo de reabilitação profissional: Recuperação, reeducação, readaptação e recolocação.

#### Referências

Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. BRASIL. Ministério da Saúde. 1ª Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei 8213 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

FUNDACENTRO. Diretrizes sobre Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho. São Paulo: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança E Medicina do Trabalho, 2005. Título original: Guidelines on Occupational Safety and Health Management Systems – ILO-OSH 2001. Tradução: Gilmar da Cunha Trivelato. 48 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACONAL DO TRABALHO. Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho: um instrumento para uma melhoria contínua. Edição: Abril 2011.

FRIAS JÚNIOR, Carlos Alberto da Silva. A saúde do trabalhador no Maranhão: uma visão atual e proposta de atuação. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 1999.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho. Cadernos

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 204, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 205, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Diretrizes de implantação da Vigilância em Saúde do Trabalhador no SUS. Brasília, 2014

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Diretrizes para Elaboração de Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana por Exposição a Contaminantes Químicos. Brasília, 2010.

# Componente curricular: Práticas integradas em Vigilância em Saúde II (CH: 100 horas)

Competências	Habilidades	Bases Tecnológicas
Capacidade de desenvolver ações de vigilância m saúde no campo de práticas do sistema de aúde.	Relacionar e aplicar conhecimentos construídos no transcorrer do curso à prática do trabalho da vigilância em saúde  Participar do trabalho coletivo e em equipe com base nos princípios éticos  Fazer relação entre teoria e prática, buscando construir conhecimentos a partir das necessidades de aprendizagem identificadas na realidade do trabalho, exercitando a educação permanente.	O processo de trabalho da vigilância em saúde.  A inserção do Técnico em Vigilância em Saúde nas práticas de vigilância em saúde.

#### Referências

Todas as que foram utilizadas nas disciplinas do curso.

# 6. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DA ASSIDUIDADE

A avaliação da aprendizagem será centrada no processo de ensino-aprendizagem e concebida como mais uma oportunidade de aprendizagem, na qual professor e aluno participam, acompanham e contribuem de maneira efetiva para a transformação da prática; uma avaliação compromissada com o desenvolvimento pleno do aluno, nas dimensões humana, cognitiva, política, filosófica e ética. Esta avaliação ocorrerá de forma processual, com algumas atividades avaliativas pontuais, destinadas a avaliar a apreensão de conteúdos específicos.

Foram estabelecidos pela legislação da educação profissional, critérios de avaliação do desempenho do aluno, sendo este considerado APTO e NÃO APTO nas avaliações de desempenhos parcial e final. Ao final de cada componente curricular, será expressa por uma das menções abaixo, conforme estão conceituadas e operacionalmente definidas (Quadro 2). Estes nortearão docentes e discentes no julgamento das habilidades e competências a serem desenvolvidas durante os componentes curriculares.

Quadro 2 – Descrição da Avaliação dos Estudantes. Natal/RN, 2016.

Menção	Conceito	Definição Operacional
A	Apto	O aluno desenvolveu as competências requeridas, com desempenho previsto.
NA	Não apto	O aluno não desenvolveu as competências requeridas, com o desempenho desejado e/ou não cumpriu a frequência mínima exigida durante as aulas teórico-práticas ou estágio curricular.

Aos alunos que apresentem dificuldades no domínio das competências e habilidades, serão oportunizadas, no decorrer do componente curricular, atividades de recuperação e se necessário, orientação individualizada. Os alunos que, ainda assim, não forem considerados aptos em uma competência, devem desenvolvê-la a partir de nova matrícula neste componente curricular, de acordo com a sua oferta regular.

A frequência mínima para aprovação dos estudantes é regulamentada pelo Regimento Interno da ESUFRN, aprovada através da Resolução nº 008/15-CONSUNI, de 22 de Maio de 2015, correspondendo ao limite máximo de 75% de frequência, em relação à carga horária total do componente curricular.

A aprovação em um componente curricular está condicionada à obtenção do rendimento acadêmico exigido na avaliação da aprendizagem e frequência mínima exigida na avaliação da assiduidade.

Será considerado concluinte do curso o estudante que obtiver a aprovação em todos os componentes curriculares do curso.

# 7. APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

As competências anteriores adquiridas pelos alunos poderão ser avaliadas para aproveitamento de estudos, no todo ou em parte, nos termos da legislação vigente, conforme Artigo 11º da Resolução CNE/CEB N.º 04/99.

Os conhecimentos e experiências que poderão ser aproveitados no curso são aqueles adquiridos:

- Em qualificação profissional e etapas ou módulos de nível técnico concluído em outros cursos;
  - Os reconhecidos em processos de certificação profissional;

As competências adquiridas em qualificação profissionais e etapas ou módulos de nível técnico concluídos em cursos de escolas devidamente autorizados, ou processos formais de certificação de competências, poderão ser aproveitadas, mediante comprovação e análise da adequação ao perfil profissional de conclusão pretendido. As competências adquiridas em cursos de educação profissional de nível básico ou por outros meios informais poderão ser aproveitadas mediante avaliaçãodo aluno.

O aproveitamento, em qualquer condição, deverá ser requerido antes do início do desenvolvimento (dos módulos ou do curso), em tempo hábil para deferimento pela Direção e a devida análise por parte de quem caberá a avaliação de competências e a indicação de eventuais complementações.

Os que procedem à avaliação para aproveitamento de competências apresentarão relatório que será arquivado na secretaria escolar, juntamente com os documentos que instituirão esse processo.

Conhecimentos e experiências anteriores do estudante poderão ser aproveitados no Curso Técnico Vigilância em Saúde, desde que relacionados com o perfil do profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação. Para ter direito ao aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, o candidato deverá solicitar o aproveitamento,

através de requerimento próprio, e de acordo com o calendário escolar. A solicitação será analisada pelo Conselho da ESUFRN e Conselho de Cursos Técnicos que levará em conta os seguintes critérios: análise de documentos comprobatórios da instituição de origem, dos conhecimentos e experiências adquiridas.

O aproveitamento de estudos realizados há mais de cinco anos ou cursos livres de educação profissional cursadas em Escolas Técnicas ou em outras Instituições especializadas em educação profissional, conhecimentos adquiridos no próprio trabalho ou por outros meios informais, deverão passar pelo processo de julgamento da equipe didático-pedagógica,nomeada pela Direção da Escola.

No que se refere aos conhecimentos e experiências anteriores provenientes de prática vivenciada pelo indivíduo no mundo do trabalho, de acordo com a Resolução 04/99 – CNE, artigo 11, inciso IV, o aproveitamento e certificação dessas competências dar-se-á após avaliação mediante um teste teórico-prático em Instituição Pública, supervisionado por um professor da escola observando os critérios de avaliação estabelecidos pelo colegiado de curso.

# 8. TRANCAMENTO DE MATRÍCULA

O trancamento de matrículas em um componente curricular significa, segundo o Artigo 287 do Regulamento da UFRN, a desvinculação voluntária do estudante da turma referente ao componente curricular em que se encontra matriculado. Deve ser solicitado até, no máximo, a data de cumprimento de 1/3 (um terço) da carga horária prevista e só é permitido o trancamento de matrícula uma única vez no mesmo componente curricular, em períodos letivos consecutivos ou não.

# 9. PRÉ-REQUISITOS OU CORREQUISITOS DE COMPONENTES CURRICULARES

Segundo o Art.39 do Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da UFRN, um componente curricular é pré-requisito de outro quando o conteúdo ou as atividades do primeiro são indispensáveis para o aprendizado do conteúdo ou para a execução das atividades do segundo. A matrícula no segundo componente curricular é condicionada à aprovação no primeiro.

Um componente curricular é correquisito de outro quando o conteúdo ou as atividades do segundo complementam os conteúdos do primeiro. A matrícula no segundo componente curricular é condicionada à implantação da matrícula no primeiro (Art. 41 do Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da UFRN).

Os cursos técnicos da ESUFRN acompanham esta normatização, de forma que para o Curso Técnico em Vigilância em Saúde, as seguintes condições deverão ser atendidas.

Quadro 03 – Descrição dos Componentes curriculares segundo os seus requisitos. Natal/RN, 2016.

114441/1411/1411/1411			
Componentes curriculares	Componentes curriculares	Componentes curriculares correquisitados	
	requisitados	1	
Vigilância epidemiológica	Epidemiologia	-	
Vigilância em saúde ambiental	Saúde e ambiente	-	
Vigilância em saúde do trabalhador	Saúde do trabalhador e Legislação em saúde e segurança no trabalho	-	
Informática em saúde II	Informática em saúde	-	
Práticas integradas em vigilância em saúde I	Vigilância epidemiológica Vigilância em saúde ambiental	-	
Práticas integradas em vigilância em saúde II	Todos os componentes curriculares do Curso.	-	

#### 10. OFERTA DOS COMPONENTES CURRICULARES

Os componentes curriculares serão ofertados nos semestres letivos definidos pela UFRN, de acordo com a seguinte distribuição semestral.

Quadro 04 – Oferta dos Componentes Curriculares de acordo com os semestres letivos. Natal/RN, 2016.

SEMESTRE	COMPONENTE CURRICULAR	СН
LETIVO		
1°	Saúde e sociedade	45
	Processo de Trabalho em Saúde	60
	Promoção da Saúde e Segurança no Trabalho	50
	Ato de Ler e Escrever	30
	Políticas de saúde	30
	Informática em saúde	45
	Introdução a Vigilância em saúde	45
	CH Semestral	305

2°	Biossegurança nas Ações de Saúde	30
	Primeiros Socorros	40
	Território em saúde	50
	Educação em Saúde	30
	Informática em saúde II	45
	Informação em saúde	50
	Bioestatística	40
	Planejamento em saúde	30
	CH Semestral	315
3°	Saúde e ambiente	50
	Epidemiologia	60
	Vigilância em saúde ambiental	50
	Vigilância Epidemiológica	60
	Saúde do trabalhador e Legislação em Saúde e Segurança no	50
	Trabalho	
	Práticas integradas em vigilância em saúde I	40
	CH Semestral	310
4°	Vigilância Sanitária	100
	Vigilância e Promoção em Saúde do Trabalhador	70
	Práticas integradas de vigilância em saúde II	100
	CH Semestral	270
CH Total		1.200

# 11. REALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS CURRICULARES

Em acordo com a legislação da educação profissional, as práticas profissionais dos estudantes estão inseridas na matriz curricular através do componente curricular "Práticas Integradas em Vigilância em Saúde", sendo consideradas, portanto, obrigatórias para a conclusão do curso.

Estas são desenvolvidas junto aos serviços de saúde, e/ou através de atividades em campo sob responsabilidade e coordenação da ESUFRN. Estas práticas contam com um professor orientador de estágio, responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do estudante durante a realização dessa atividade e de um preceptor, profissional lotado na unidade de realização do estágio, responsável neste local pelo acompanhamento do estudante durante o desenvolvimento dessa atividade.

Além destas, é previsto no Regulamento dos Cursos da UFRN a possibilidade do aluno realizar um estágio curricular não obrigatório, de acordo com sua iniciativa e interesse, sendo este considerado como carga horária optativa ou complementar. Esteproporciona a complementação do ensino e da aprendizagem pela participação do estudante em situações

reais de vida e trabalho. Permite-se, então que este aluno coloque em prática os conceitos aprendidos no curso, oportunidade de consolidação dos conhecimentos teóricos e habilidades, de forma a adquirir competências profissionais para exercer sua função.

O estágio não obrigatório é opcional para o aluno e poderá ser realizado desde que o mesmo esteja matriculado, frequentando regularmente o curso e tenha, no mínimo, 16 anos.

O aluno que optar pelo estágio não obrigatório poderá iniciá-lo a partir do Módulo 2. Mesmo não sendo obrigatório, o estágio será orientado e supervisionado por um responsável da parte concedente com formação em saúde e acompanhado por docente orientador indicado pela ESUFRN, que se responsabilizará pela sua avaliação e pela verificação do local destinado às atividades do estágio, procurando garantir que as instalações e as atividades desenvolvidas sejam adequadas para a formação do aluno/estagiário.

Os estágios poderão ser desenvolvidos em organizações privadas ou públicas, onde a atividade do Técnico em vigilância em Saúde se faça necessária, desde que ofereçam as condições essenciais ao cumprimento de sua função educativa. Devem-se evitar situações em que o aluno seja compelido a assumir responsabilidades de profissionais já qualificados e, dessa forma, desenvolvendo as atividades compatíveis com as previstas no Termo de Compromisso.

Poderão ser aplicadas estratégias e/ou instrumentos de avaliação do desempenho do aluno, com registros em formulário próprio de acompanhamento do estágio, com anotações diárias feitas pelo estagiário e validadas pelo supervisor do campo de estágio.

O estágio conforme legislação vigente não poderá exceder 06 horas diárias e 30 horas semanais, devendo constar no respectivo Termo de Compromisso. A carga horária do estágio deverá corresponder, no mínimo, a 20% da carga horária total do curso e o aluno poderá concluí-lo até o término do curso, estabelecido no Termo de Compromisso firmado entre o aluno ou seu responsável legal, a parte concedente e a ESUFRN, que indicará as condições para sua realização. Periodicamente, o aluno deverá apresentar ao docente orientador do estágio, relatório das atividades realizadas, devidamente assinado pelo supervisor e/ou preceptor do estágio.

Para realização do estágio há necessidade dos seguintes documentos:

 Acordo de Cooperação entre a ESUFRN que oferece o curso e a parte concedente que oferece o campo de estágio. Este documento deverá definir as responsabilidades de ambas as partes e todas as condições necessárias à realização do estágio.

- Termo de Compromisso de Estágio, consignando as responsabilidades do estagiário e da parte concedente, firmado pelo seu representante, pelo estagiário e pela ESUFRN, que deve zelar pelo cumprimento das determinações constantes do respectivo termo.
- Plano de Atividades do estagiário, elaborado em acordo com aluno, parte concedente e o ESUFRN, incorporado ao termo de Compromisso.
- Seguro de Acidentes Pessoais para os estagiários, com cobertura para todo o período de duração do estágio pela parte concedente e, alternativamente, assumida pela Escola de Saúde da UFRN. A apólice deve ser compatível com valores de mercado, ficando também estabelecidos no Termo de Compromisso.

Durante a realização do estágio devem ser elaborados:

- Relatório de Estágio, segundo orientação do supervisor e/ou preceptor de estágio.
- Ficha de Acompanhamento de Estágio com registros diários feitos pelo estagiário e com visto do supervisor e/ou preceptor de estágio.

O aluno ao qual for concedida a oportunidade do estágio opcional e que realizar integralmente as horas e atividades previstas no respectivo Termo de Compromisso terá apostilado no verso do seu Diploma o estágio realizado. Caso não cumpra o mínimo de horas e das atividades previstas, não terá direito a qualquer aditamento em seu documento de conclusão.

# 12. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O ensino teórico-prático será operacionalizado nas instalações da ESUFRN, contando com uma estrutura física composta de salas de aula e laboratórios com equipamentos necessários e material de apoio didático para a simulação e práticas de procedimentos técnicos, além das salas para direção, secretaria, serviço de reprografia, coordenação de curso, sala de reuniões, sala de professores, entre outras (Quadro 5).

Quadro 5 – Descrição da Infraestrutura da ESUFRN. Natal/RN, 2016.

Quadro e Descrição da inicación atama da ES el 12 (1 (atama 12 () 2010)			
Ambiente	Quantidade	Discriminação	
Salas de aula	10	Ambiente climatizado, com capacidade para 50 estudantes.	
		Equipamentos didáticos: computador com acesso à internet;	
		projetor multimídia com caixas de som; carteiras; quadro.	
Laboratórios de	02	Ambiente climatizado, com capacidade para 40 estudantes.	
Informática		Computadores com acesso à internet.	
Auditórios	01	Ambiente climatizado com capacidade para 100 pessoas.	

		Computador com acesso à internet e projetor multimídia com caixas de som.
		Ambiente climatizado, com capacidade para 50 pessoas. Computador com acesso à internet e projetor multimídia com
		caixas de som. Equipamento de vídeo-conferência.
Anfiteatro	01	Ambiente climatizado, com capacidade para 50 pessoas. Computador com acesso à internet e projetor multimídia com caixas de som.
Biblioteca Setorial	01	Acervo bibliográfico atualizado
Sala de Reunião	01	01 mesa com 10 cadeiras
Sala de Pesquisa	01	03 computadores com acesso à internet 01 mesa de trabalho 01 máquina copiadora

### 13. ACERVO BIBLIOGRÁFICO

A ESUFRN dispõe de acervo próprio especializado e atualizado, adquirido para favorecer o desenvolvimento do processo de aprendizagem.

Este acervo está organizado, catalogado e classificado na Biblioteca Bertha Cruz Enders, de modo a disponibilizar aos usuários, de forma sistematizada livros e periódicos atualizados nas diversas subáreas da saúde, além de um vasto acervo de material audiovisual como fitas de vídeo, fotografias, CD, DVD e CD-ROM. O acervo dispõe de cabines para estudo individual, computadores para acesso à internet e para uso interno que atende aos alunos através de empréstimo domiciliar e para fotocópia, além de apoio didático-pedagógico aos docentes.

Os estudantes do Técnico Vigilância em Saúde contam ainda, como todos os estudantes da UFRN, com o acesso garantido às bibliotecas da UFRN, incluindo o acervo bibliográfico da Biblioteca Central Zila Mamede e da biblioteca setorial do Centro de Ciências da Saúde, além do acesso liberado em todos os computadores da UFRN ou em acesso remoto através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) ao Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - *Periódicos CAPES*.

Ouadro 6 - Perfil da Gestão e Pessoal Docente. ESUFRN. Natal/RN, 2016.

DIREÇÃO DA UNIDADE	TITULAÇÃO	Currículo Lattes	
Edilene Rodrigues Alves - Diretora	Enfancias Doutons	http://lattes.cnpq.br/2053735291115206	
Geral.	Enfermeira, Doutora.		
Gilvania Magda Luz de Aquino – Vice	Enfancia Mastra	http://lattes.cnpq.br/7759538913109513	
Diretora.	Enfermeira, Mestre.		
Francisca Idanésia da Silva - Diretora	Enfermeira, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/8378590302383177	

de Ensino.		
COORDENAÇÃO DO CURSO VIGILÃNCIA EM SAÚDE		
Rayssa Horacio Lopes- Coordenação.	Enfermeira, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/8651713853074718
Lauriana Medeiros Costa Santos	Enfermeira, Doutora.	http://lattes.cnpq.br/8454532132203545
DOCENTES	TITULAÇÃO	Currículo Lattes
Ana Flávia de Souza Timóteo	Graduação em Sistemas de Informações, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/8558579923575035
Cleonice Andréa Alves Cavalcante	Enfermeira, Doutora.	http://lattes.cnpq.br/2065984136909929
Eliane Santos Cavalcante	Enfermeira, Doutora.	http://lattes.cnpq.br/5183653796258727
Elisangela Franco de Oliveira Cavalcante	Enfermeira, Doutora.	http://lattes.cnpq.br/9020549482920149
Francisca Idanésia da Silva	Enfermeira, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/8378590302383177
Karina Cardoso Meira	Enfermeira, Doutora.	http://lattes.cnpq.br/2185382192736832
Lauriana Medeiros Costa Santos	Enfemreira, doutora.	http://lattes.cnpq.br/8454532132203545
Lannuzia Verissimo Andrade Alves	Psicóloga, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/4841870379922169
Lygia Maria de Fiqueiredo Melo	Enfermeira, Doutora.	http://lattes.cnpq.br/3580862965931971
Maria Jalila Vieira de Figueirêdo Leite	Cirurgiã-dentista, Doutora.	http://lattes.cnpq.br/3960626240467102
Maria Lucia Azevedo Ferreira de Macedo	Enfermeira, doutora	Http://lattes.cnpq.br/2019934005780501
Marize Barros de Souza	Enfermeira, Doutora.	http://lattes.cnpq.br/2773303979810841
Matheus de Sousa Mata	Fisioterapêuta, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/3923692125757582
Rayssa Horácio Lopes	Enfermeira, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/8651713853074718
Rosires Magali Bezerra de Barros	Psicóloga, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/3538892232310984
Sandra Michelle Bessa de Andrade Fernandes	Enfermeira, Doutora	http://lattes.cnpq.br/0883238003524970
Wilma Maria da Costa Medeiros	Graduação em Processamento de Dados, Mestre.	http://lattes.cnpq.br/6356727389920443

#### 14. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

A expedição do certificado e diploma é de responsabilidade da ESUFRN.

O aluno que concluir com aproveitamento o Ensino Médio e a totalidade dos módulos do Curso Técnico Vigilância em Saúde fará jus à obtenção do Diploma com validade nacional para fins de habilitação na respectiva área.

A Secretaria da ESUFRN é responsável pela confecção, guarda e registro dos certificados e diplomas. Estes terão validade nacional e serão acompanhados de histórico escolar que explicitará as competências profissionais adquiridas.

## 15. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.189 de 18 de dezembro de 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI. 2013. 562 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Brasília: MEC. 3ª Ed. 2016.
- UFRN. Resolução nº 008/15-CONSUNI, de 22 de Maio de 2015. Aprova a criação da Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – ESUFRN – Unidade Acadêmica Especializada em Educação Profissional em Saúde, bem como do seu Regimento Interno.
- UFRN. Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação. Resolução n. 171/2013 –
   CONSEPE, de 5 de novembro de 2013.
- BRASIL. Lei 8080 de 19 de setembro de 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Técnico em vigilância em saúde: diretrizes e orientações para a formação. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.